

RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2016



APRESENTAÇÃO

Fazer relatórios é mais que tudo prestar contas do feito e acordos construídos, dos passos dados, das dificuldades encontradas rumo aos objetivos propostos.

No caso deste relatório do MOC, neste difícil ano de 2016, é também homenagear aqueles e aquelas que, em meio às imensas dificuldades de um ano com duros cortes em verbas e ações relativas às ações sociais e direitos dos mais pobres, teimaram em se juntar a nós na construção destes mesmos direitos.

Inúmeras são as pessoas e Instituições que se juntaram a nós neste caminho e, por isso, deixamos de nomina-las uma a uma, porque um esquecimento daqui ou dali poderia se constituir numa injustiça.

A elas e eles, à todas as Instituições nosso muito obrigado pela parceria, pelo incentivo, pelo apoio, por estar junto, nas celebrações, lutas, conquistas e também derrotas ocorridas na caminhada.

Contudo, relatar é expor-se. É colocar sua vida, suas ações, estratégias e resultados diante do público e receber, assim, elogios, compartilhamento de objetivos e críticas que ajudem o redirecionamento do caminho.

Agradecemos, assim, àqueles e aquelas que quiserem se manifestar sobre o aqui relatado e refletido, na perspectiva de nos ajudar a ser melhores.

Finalmente, este relato é também um sinal de teimosia. Porque marcado pela teimosia, o MOC está a mais de quarenta anos no espaço, na busca de construir um serão justos.

É motivo de orgulho, alegria constatar que em 2016, em meio a enormes dificuldades, não deixamos de trilhar nesta estrada. E o fizemos teimosamente. E o sertão se tornou melhor porque existimos.

Boa Leitura.

Celia Firmo
Coordenadora Geral do MOC

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO – PCOM

O Programa de Comunicação, doravante denominado de PCOM, em 2016, trabalhou na perspectiva de que as pessoas são sujeitos de direitos e de que é possível ter voz e vez utilizando-se de todos os recursos comunicacionais para anunciar e denunciar “Nenhum Direito a Menos!”.

Seja em redes sociais, na mídia escrita, falada ou televisiva lá estava o MOC dizendo ‘nenhum direito a menos’ nas políticas de convivência com o Semiárido, de agroecologia, educação do campo contextualizada. Nenhum direito a menos nas políticas de comunicação, de fortalecimento da economia solidária e na luta pela vida e direitos das mulheres, dos homens, jovens, crianças e adolescentes.

A seguir uma síntese das atividades do Programa em 2016

1. O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

O Programa de Comunicação objetiva ter o MOC reconhecido nas esferas municipal, regional, estadual e nacional como referência nas suas temáticas de atuação, a partir das experiências de convivência com o Semiárido valorizando os sujeitos locais e ampliando o direito à comunicação. Para isso, em suas três linhas de atuação Comunicação Institucional, Comunicação Comunitária e Educomunicação, identificou, pautou e divulgou as ações de convivência com o Semiárido com foco nas experiências das pessoas do campo, especialmente as lutas e as histórias dos agricultores/as familiares e das comunidades rurais fortalecendo a imagem de um Semiárido viável.

Foram muitas as histórias de luta contra todos os tipos de violência às mulheres, de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, da educação contextualizada, da democratização da comunicação, dos princípios agroecológicos, da alimentação saudável e segurança alimentar.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS E SEUS OBJETIVOS

O Programa de Comunicação fez sua caminhada a partir dos três eixos estratégicos e seus respectivos objetivos específicos, a saber:

2.1 - Comunicação Institucional

2.1.1 - Desenvolver processos de comunicação institucional que visibilizem as experiências do MOC e seus parceiros, a partir da voz dos sujeitos locais, fortalecendo a imagem de um Semiárido viável.

2.1.2 - Qualificar a comunicação interna, fortalecendo as relações entre os programas e dando visibilidade às ações do MOC.

2.2 - Democratização da Comunicação

2.2.1 - Fortalecer a participação do MOC e dos sujeitos locais em espaços de incidência política que pautem a democratização da comunicação e o desenvolvimento comunitário.

2.2.2 – Assessorar entidades regionais para fortalecer e potencializar os instrumentos de comunicação institucional, contribuindo para a visibilidade de suas ações e para Democratização da Comunicação.

2.3 - Educomunicação

2.3.1 -Desenvolver processos de Educomunicação com crianças, adolescentes, jovens e educadores do campo estimulando o protagonismo infantojuvenil e a produção de conhecimento através da concepção, produção e disseminação de informações nas comunidades rurais.

3. PERCORRENDO CAMINHOS

3.1 - Comunicação institucional

A tônica das ações desenvolvidas pelo Programa de Comunicação tem sido contribuir para difundir o conceito, as técnicas e experiências de convivência com o Semiárido através das ações implementadas pelo MOC e parceiros. Podemos destacar que de forma evolutiva existe uma maior inserção dessas ações nos meios de comunicação de massa, favorecendo a divulgação dessas temáticas. Percebe-se que a forma de abordagem da mídia vai além de noticiar eventos. Há maior interesse e comprometimento em aprofundar esses debates em torno das políticas públicas, segundo os índices apontados na Clippagem Institucional feita em 2016.

Os números apontam o registro de 97 notícias tipo A, pautando-se diretamente as ações do MOC e 54 do tipo B, sobre ações de parceiros ou ações nas quais o MOC participou indiretamente. A grande maioria desses registros foi resultado do estreitamento da relação virtual com a mídia, com participação do PCOM em grupos de imprensa através do whatsapp, de 236 matérias veiculadas no site do MOC e 813 notas veiculadas no Facebook do MOC - com 4101 seguidores no final do ano - demonstrando a diversidade do Semiárido através de notícias, imagens e vídeos, e de 43 releases e sugestões de pauta enviadas via e-mail.

Nesse período, houve também a procura espontânea para a produção de pautas tanto na mídia municipal, como nacional, relacionadas às tecnologias de convivência com o Semiárido e ao fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

Foram 48 edições do Boletim Informativo Eletrônico do MOC, enviado semanalmente por e-mail para 1.440 contatos a cada semana, uma ferramenta importante para divulgar as ações do MOC e dos parceiros, bem como os 02 Boletins "Bocapiu" produzidos e impressos. Vale ressaltar ainda os 02 Programas de Rádio "Quebre o Silêncio" visando mobilizar e sensibilizar a população para a prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres o "Consciência Negra"

proporcionando debates, momentos de reflexão e valorização da cultura Africana, compreendendo sua importância para a convivência harmônica com a diversidade.

Também foram criadas e finalizadas a diagramação de 196 peças comunicacionais, tanto no sentido de dar maior visibilidade ao MOC e suas Campanhas Institucionais, quanto aos Empreendimentos Econômicos Solidários - por ele assessorados – inclusive com rotulagem em seus produtos. Ainda 12 vídeos institucionais temáticos foram criados, com ações internas e de atividades diversas com os sujeitos de direitos. Esses vídeos tiveram seis mil visualizações diárias em média, que deram subsídios para os comunicadores/as comunitários/as na produção de programas de rádio de entidades do movimento social.

No período foram lançadas 03 Campanhas Institucionais: “Transforme seu Natal em tudo que faz bem”; “Vamos mudar a regra do jogo? Homens pelo fim da violência contra as mulheres”; e “Vote Consciente: não venda, não troque, não negocie”.

A primeira Campanha teve como propósito incentivar os consumidores para as compras natalinas de produtos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária para dar maior visibilidade a outra economia em que a vida, a comunidade e a cooperação são o centro, e não o lucro e o individualismo.

A segunda Campanha teve por objetivo envolver homens e mulheres para refletir criticamente sobre os padrões culturais geradores de desigualdades de gênero e de violências contra as mulheres, na perspectiva de mudanças de atitudes e comportamentos machistas, para garantia dos Direitos Humanos das Mulheres e uma cultura de paz.

Por fim e não menos importantes, foi também realizada a terceira e última campanha do ano que buscou refletir com a sociedade sobre a participação consciente e criteriosa de cada cidadão na escolha dos seus/suas representantes na eleição de 2016. Comunicando os riscos da mercantilização do voto e seu impacto para a garantia dos direitos humanos. A democracia representativa, implica na escolha de pessoas comprometidas, que tomem decisões importante acerca dos interesses coletivos. Porém, escolher alguém para nos representar não nos isenta da responsabilidade dessa escolha e das suas consequências.

2016 - Comunicação Institucional em números	Quantidade
Clippagem A	97
Clippagem B	54
Boletins Eletrônicos	48
Notícias no Site	236
Seguidores no Facebook (final do ano)	4101
Notas veiculadas no Facebook do MOC	813
Releases e Sugestões de pautas	43
Boletim “Bocapiu”	02
Vídeos temáticos	12
Programas de Rádio	02
Diagramações	196
Campanhas	03

3.2 - Comunicação Comunitária

O Território do Sisal conhecido pela sua experiência no debate de políticas públicas percebeu a importância de fortalecer a comunicação para dar maior visibilidade às questões do Território. Neste sentido, o PCOM realizou debate na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XIV, em Conceição do Coité, pautando a comunicação como um direito humano. Fruto deste diálogo a UNEB está estimulando a aproximação entre a comunidade acadêmica e os comunicadores/as comunitários/as, permitindo maior qualificação com a oferta de cursos de extensão e pesquisa sobre as práticas territoriais existentes.

Para além dos muros territoriais, o PCOM esteve em Salvador, onde a convite, compartilhou suas ações exitosas em comunicação com docentes e discentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ainda na perspectiva da comunicação comunitária como elemento do desenvolvimento, participou no território Bacia do Jacuípe, junto com Programa de Gênero (PGEN) do “III Encontro de Radialistas e Comunicadores - por uma Mídia Independente com Ética” discutindo uma mídia mais representativa para as mulheres, fora dos padrões estereotipados, por acreditar que os comunicadores/as tem um papel fundamental nesse processo e que precisam ser protagonistas desta mudança e na contribuição da midiática e proteção dos direitos humanos das mulheres.

Ainda no campo da comunicação territorial, se fez estratégico para o PCOM promover o debate sobre a democratização da comunicação em outros espaços de incidência política como o Colegiado Territorial do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (Codes Sisal).

Nesse eixo estratégico visando atender ao seu segundo objetivo houve a mobilização - já com composição da sua Diretoria Administrativa e dos Conselhos Administrativo e Fiscal - para a criação da primeira Cooperativa de Comunicação da região, denominada Cooperativa de Consultoria, Assessoria, Pesquisa e Prestação de Serviços em Comunicação do Semiárido (COOPERCOM) que facilitará uma maior articulação com jovens comunicadores/as, entidades parceiras e veículos de comunicação dos territórios de atuação, visando a formação de redes de comunicação comunitária e popular.

3.3 - Educomunicação

O eixo de Educomunicação tem como objetivo desenvolver processos de Educomunicação com crianças, adolescentes, jovens e educadores do campo estimulando o protagonismo infantojuvenil e a produção de conhecimento através da concepção, produção e disseminação de informações nas comunidades rurais, dando-lhes o poder de autoria, de protagonismo na vida, através das ações proporcionadas pela interface entre comunicação e educação.

Durante o ano de 2016 este eixo continuou contribuindo para que as crianças e adolescentes tivessem acesso aos seus direitos, principalmente no que diz respeito ao protagonismo infantojuvenil, com a produção de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, importância da Educomunicação no desenvolvimento comunitário, a partir de um interrelação entre comunicação e educação como um campo de diálogo gerador de aprendizagens, assim contribuindo para que as crianças e adolescentes do campo no Semiárido tenham acesso a uma educação contextualizada de qualidade.

Partindo da realidade das crianças e dos adolescentes foram feitos debates, reflexões sobre direitos e temáticas de interesse da comunidade e sobre a importância da comunicação nas suas vidas, sempre incentivados/as com atividades lúdicas e criativas durante as oficinas e intercâmbios, a exemplo de gincanas, produção de pautas, de jornal mural, vídeos e outras ferramentas de mídias para a leitura crítica dos meios comunicacionais e o sentido dos mesmos nas mensagens digitais, visuais, orais e escritas.

Nesse contexto, crianças e adolescentes também participaram de espaços de incidência política, além da participação em outros espaços de comunicação comunitária, utilizando a Rádio Poste¹ como principal meio de comunicação na comunidade. Essas rádios têm se consolidado como um espaço de mobilização e articulação da comunidade em torno das ações que garantam o seu desenvolvimento, denúncia das principais violências às crianças e adolescentes e ou propagação das ações positivas realizadas em cada uma delas.

A elaboração de pautas sobre temas das comunidades foi destaque. Nesse ano durante as várias oficinas, as crianças e adolescentes tiveram a oportunidade de refletir sobre seus direitos apontando os desafios encontrados nas comunidades, além de proporem melhorias para as mesmas.

Os intercâmbios municipais entre crianças e adolescentes sobre histórias de vidas e participação nas comunidades e os momentos lúdicos comunitários com vistas o fortalecimento dos vínculos solidários também foram destaques em 2016, pois se constituíram momentos de troca de experiências e saberes, além da reafirmação da identidade de meninas e meninas quilombolas e/ou assentados/as. O conjunto das ações regionais e comunitárias desse período, contou com a participação de 1.800 crianças e adolescentes e 450 famílias.

Vale ressaltar que 180 crianças e adolescentes contribuíram na elaboração de uma carta de intenções entregue aos candidatos/as a vereadores/as e prefeitos/as dos municípios. A carta contém propostas de ações a serem executadas com o objetivo de promover, proteger e garantir a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, solicitando a execução de projetos e mais investimentos que atendam suas necessidades, como a melhoria na educação, atendimento à saúde, saneamento básico, espaços de lazer, transporte escolar seguro e de qualidade, enfim, melhoria da vida nas comunidades. As rádios postes possibilitaram pautar semanalmente essa temática nas comunidades.

¹ Sistema de comunicação, com caixas de som instaladas em postes espalhados pela comunidade, com fiação resistente ao calor, raios e chuvas. A programação é comandada de um estúdio simples, instalado na escola ou na sede da associação comunitária, com equipamentos como computador, mesa de som, microfone, dentre outros. A pauta é elaborada por um grupo de comunicadores/as composto por crianças, adolescentes e jovens da comunidade, e vai desde tocar músicas, aos avisos e informes de interesse da comunidade local. A Rádio Poste tem se destacado como um instrumento eficiente de comunicação comunitária e mobilização social. A rádio conta com o apoio de jovens comunicadores/as que são moradores da própria comunidade. Eles/as participam de espaços de formação e diversas oficinas de comunicação, educomunicação, entre produção de texto jornalístico, radiojornalismo, vídeo, blog e internet e outros.

Outro ponto interessante é o trabalho que o programa vem realizando com as jovens multiplicadoras/es quais corroboram com o trabalho desenvolvido nas comunidades com as crianças, adolescentes e famílias. São eles/as que trabalham junto às crianças e adolescentes com as práticas de Educomunicação contempladas em projetos de protagonismo infantojuvenil apoiados por parceiros como a Actionaid e a Kindernothilfe (KNH), multiplicando os conhecimentos adquiridos e produzido pelas crianças e adolescentes, incentivando o protagonismo juvenil, através de ações que promovem o envolvimento e o desenvolvimento das comunidades rurais.

A formação continuada de jovens multiplicadores/as tem se desdobrado em processos de apoio às crianças e adolescentes na produção de peças de comunicação que valorizam a cultura local e os modos de vida do homem e da mulher do campo. Essa produção em sala de aula é resultado de um debate político estabelecido com educadores/as na perspectiva de despertar o exercício da cidadania, fortalecendo os direitos das crianças e adolescentes no espaço escolar e não escolar.

4. CONCLUSÃO

Apesar dos avanços supramencionados, o desafio do Programa de Comunicação ainda soa frente à missão de anunciar um Semiárido 'sem nenhum direito a menos', e/ou denunciar as ameaças aos direitos de seus povos e territórios.

Busca-se dar mais visibilidade às ações desenvolvidas nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, indo além da divulgação de notícias. Pretende-se estreitar os laços com os veículos de comunicação em todas as esferas – municipais, regionais, estaduais e nacionais - a partir do olhar do MOC associado à atual conjuntura sócio política do país, em especial do Semiárido.

O PCOM está diante de dois grandes desafios para 2017: avançar na elaboração da Política de Comunicação Institucional e no apoio à criação da Cooperativa de Comunicação (Coopercom). Acredita-se que a partir de 2017 entidades de comunicação, jovens comunicadores, comunicadores/as comunitários/as e educadores/as do campo nos seus espaços irão contribuir de forma mais ativa na propagação da comunicação como um direito humano, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das diferentes gerações de homens e mulheres que vivem no Semiárido.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido diretamente com as crianças e adolescentes avalia-se que foi positivo, pois tivemos um avanço no número de crianças e adolescentes nas oficinas, momentos lúdicos e intercâmbios contribuindo assim para o alcance do objetivo que visa o protagonismo infantojuvenil. Vale ressaltar o apoio significativo de jovens multiplicadores/as que contribuem com o trabalho e no desenvolvimento das comunidades.

Porém, no que diz respeito ao trabalho de interface, sobretudo com o Programa de Educação da instituição, avalia-se que precisa melhorar, pois temos consciência que para alcançarmos a meta que prevê a Educomunicação inserida nos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP's, se faz necessário um trabalho processual dos dois programas com as equipes pedagógicas das escolas/municípios. É necessário enfrentar o desafio de intensificar o trabalho de parceria, elaboração de uma proposta de intervenção política nos municípios no que se refere a inserção da metodologia enquanto uma política escolar.

O Programa seguirá em 2017 sustentado pela esperança da continuidade e ampliação das ações que visem fortalecer a imagem positiva do Semiárido, bem como fortalecer as ações desenvolvidas nos campos da Comunicação Comunitária e da Educomunicação. Outro ponto desafiador nesse eixo é priorizar ações para formação continuada de Comunicadores Comunitários e a criação de uma rede de comunicação com entidades parceiras regionais.

Acreditamos nas mudanças de maneira processual, mesmo com passos lentos, é notório um aumento expressivo nos resultados percebidos na vidas das crianças e adolescentes que passam pelo processo da Educomunicação, na capacidade de se expressarem diante das pessoas, ao realizarem programas nas rádios postes, ao elaborarem peças de comunicação, além de entenderem que tem direitos garantidos e podem e devem lutar por eles. Dessa forma, somaremos esforços para seguir contribuindo com a construção de um Sertão mais Justo.

DADOS ESTATITICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

QUADRO DE QUANTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

2016 - A Educomunicação em números	Quantidade
Crianças e adolescentes elaborando mensagens para seus padrinhos/doadores	1800
Famílias envolvidas no processo de desenvolvimento local	450
Crianças e adolescentes envolvidas na produção de vídeos	140
Crianças e adolescentes produzindo pautas para programas de rádios poste	30
Crianças e adolescente elaborando e apresentando propostas sobre seus direitos a candidatos municipais na eleição de 2016	180

Atividades	Crianças e Adolescentes	Adultos
07 Reuniões municipais com lideranças femininas e profissionais dos organismos de proteção as mulheres em situação de violência para monitorar a atuação em redes.	3	161
07 Reuniões municipais de planejamento, monitoramento e avaliação com as organizações de mulheres e parceiros locais.	4	120
01 Oficina regional sobre o funcionamento dos conselhos da mulher e o papel das conselheiras dos CMDM.	1	23
7 Rodas de Conversa com as famílias (envolvendo mais homens e jovens) sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres.	19	167
01 Audiências Públicas Territoriais sobre violência contra as mulheres e os mecanismos de proteção.	2	71
02 Oficinas territoriais de formações política com lideranças das organizações de mulheres sobre a participação da mulher na política, políticas públicas e participação social.	6	82
01 Campanha de Enfrentamento a violência contra as mulheres nos 07 municípios de atuação; apoios e produção de peças.	Não se aplica	
Ciclo de intercâmbios entre agricultores/as.	2	23
Curso de Qualificação de agricultores/as.	1	62
08 Encontros municipais de qualificação na organização e gestão das feiras agroecológicas e temáticas.	3	191
48 Visitas de Assistência técnica à famílias e EES com foco na produção e alimentação saudável e transição agroecológica.	Não se aplica	
Encontros Regionais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação envolvendo os sujeitos dos direitos e as organizações parceiras.	24	72
Encontros de planejamento, monitoramento e avaliação com a equipe executora do projeto e coordenação institucional.	0	154
Jornadas de Estudos Institucionais sobre temáticas emergentes com abordagem dos Direitos Humanos.	0	124

PROGRAMA DE GÊNERO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório busca descrever as principais ações desenvolvidas pelo Programa de Gênero ao longo do ano de 2016, tendo em vista as estratégias, atividades e resultados que são norteados por meio de eixos estratégicos e objetivos a eles inerentes.

A atuação do Programa de Gênero se dá prioritariamente nos territórios de identidade do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão no Semiárido Baiano, a partir da implementação do seguinte objetivo estratégico de mudança: Mulheres nas áreas rurais e periurbanas, empoderadas, sociopolítico, econômica e culturalmente avançam com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva da promoção da igualdade e equidade de gênero através de ações integradas e transversalizadas institucionalmente.

A definição do objetivo central do programa tem por finalidade contribuir para o acesso das mulheres aos seus direitos de maneira integral considerando as diversas vertentes das desigualdades de gênero (social, política, econômica); para isso, torna-se imprescindível o apoio às organizações de mulheres como, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, além de organizações mistas; Secretarias de Mulheres dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, numa ação contínua de formação de multiplicadoras enquanto estratégia para mobilização das mulheres nas bases. Para isso, as ações realizadas buscam promover o diálogo constante com o poder público e outras instâncias responsáveis pela implementação e garantia dos direitos das mulheres.

Vale destacar que, a estratégia de transversalizar institucionalmente a dimensão de gênero é legitimar o papel de todos e todas na promoção da igualdade de gênero e garantia dos direitos das mulheres, sejam equipes técnicas, bem com a administrativa; neste caso, a formação das equipes tornou-se um elemento preponderante para ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos; ATER-assistência técnica e agroecológica, na dimensão de gênero na educação do campo contextualizada, na democratização da comunicação, economia solidária e geração de renda para as mulheres. Destaca-se também, a participação ativa da equipe do programa de gênero nos espaços de incidência política, como meio de intervir na elaboração e proposição de ações e políticas que garantam os direitos das mulheres.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS – DEFININDO O CAMINHAR

Em 2016, buscamos criar caminhos de reflexão, discussão e proposição de ações que possam estimular a autonomia econômica, social e política das mulheres e de sua auto-organização, visando contribuir para o acesso e a garantia dos direitos humanos, de modo a promover igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Nessa perspectiva o programa apresenta em sua estruturação três eixos estratégicos, seguidos de objetivos específicos:

Transversalidade de Gênero - Desenvolver com os programas e projetos do MOC ações estratégicas na dimensão de gênero com vistas à promoção da igualdade entre mulheres e homens no Semiárido baiano;

Enfrentamento à violência contra as mulheres rurais e periurbanas - Promover formação e informação articulada com homens e mulheres para o acesso aos mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência doméstica, familiar e institucional contra as mulheres;

Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres – Potencializar as organizações de mulheres mediante assessoria e qualificação política para maior incidência nos espaços de definição, controle social e acesso às políticas públicas visando à garantia dos seus direitos. Mediante esse contexto, trilhamos estratégias pelos caminhos;

Na Transversalidade de Gênero buscamos fomentar a incorporação da dimensão de gênero nos programas, visto que é necessária a compreensão dos sujeitos, principalmente os que estão envolvidos nos processos de desenvolvimento nas bases de atuação do MOC, mulheres, homens, crianças, adolescentes, pessoas idosas, da cidade e do campo, entendendo as relações sociais desiguais de gênero diante da sociedade. Para isso foram adotadas estratégias de interface entre os programas, a partir da elaboração de projetos conjuntamente, na sistematização de experiências, e na qualificação das equipes do MOC, e ainda na elaboração participativa da política institucional de gênero.

Para o Enfrentamento a violência contra as mulheres rurais e periurbanas, neste ano buscamos envolver mais os homens nas ações de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres; chamamos os homens a estarem juntos nas rodas de conversa, audiência pública, campanha, além de cita-los na produção de material informativo. A presença deles, ainda tímida, se deu de maneira estratégica por meio da participação dos companheiros, primos, irmãos e amigos das mulheres integrantes das organizações. Desta maneira começaram a assumir a responsabilidade de estarem aliados a essa luta. Além disso, a campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres do ano de 2016 teve como tema “Vamos mudar a regra do jogo? Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres”.

Outra estratégia específica foi a articulação das redes municipais de enfrentamento a violência contra as mulheres, na integração de serviços para atuarem em sintonia na proteção as mulheres e no fortalecimento da execução, orientação e divulgação da lei Maria da Penha.

No campo da Assessoria sociopolítica às organizações de mulheres, estrategicamente foram expandidas as formações e qualificações para jovens lideranças nos movimentos municipais, na perspectiva de assegurar a continuação da luta pelos direitos das mulheres, a partir da inserção nos grupos, comitês coletivos e movimentos; nesses espaços serão disseminadas a dimensão e igualdade de gênero para as novas gerações, dando subsídio à multiplicação das ações nas bases das organizações de mulheres. Além disso, pontuamos também articulações com outras organizações locais; apoio a participação das mulheres em

eventos; e ações sistemáticas do Comitê territorial de mulheres, espaço que define as prioridades; neste ano de 2016 foi elaborado a requalificação do plano territorial do Sisal, onde o Comitê produziu coletivamente e de modo processual o eixo de políticas para as mulheres. Isso aumenta o sentimento de pertencimento e motiva a maior participação incisiva das mulheres nos espaços.

O programa de Gênero tem atuado diretamente em alguns espaços estratégicos, de maneira que possa intervir diretamente nas políticas públicas para as mulheres, na proposição e elaboração de propostas específicas as suas demandas. Portanto sua **incidência política** esta em espaços de âmbito municipal, estadual, territorial e nacional como: Rede de Enfrentamento a violência contra as mulheres, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres - CDDM, Comitê de Mulheres do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal- CODES Sisal, Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT de Mulheres da ANA, Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher e Fórum de Ater Feminista e Agroecologia.

3. ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos, além das estratégias estabelecidas, foram também realizadas diversas atividades em 2016, algumas delas em parceria com outros programas e/ou organizações parceiras, dando um caráter mais integral e integrado as ações, o que contribuiu de maneira significativa para o alcance dos resultados de mudanças, conforme definidas nos eixos estratégicos a seguir:

- **Transversalidade de Gênero:** Foram realizadas atividades diversas - 01 formação envolvendo 50 técnicos/as do Programa de Água Produção de Alimentos e Agroecologia - PAPAA objetivando a melhoria das práticas de ATER agroecológica com mulheres, de modo a promover a igualdade de oportunidades para homens e mulheres na região Semiárida da Bahia e 05 Reuniões com a comissão para a construção da política institucional de Gênero.

Resultados alcançados:

- 02 sistematizações, sobre experiência de ATER, Feminismo e Agroecologia e sobre a campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres “Quebre o Silêncio! Sua atitude Salva Vidas!”, construída com a articulação e produção coletiva do conhecimento entre os programas de Comunicação - PCOM, Programa de Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários - PFEES, Programa de Educação do Campo Contextualizada - PECONTE, Programa de Água e Produção de Alimentos e agroecologia – PAPAA.

- **Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres Rurais e Periurbanas:** neste campo, realizamos 07 reuniões municipais, envolvendo um total de 160 participantes entre eles/as, lideranças femininas e profissionais dos organismos de proteção às mulheres em situação de violência para constituição, monitoramento a atuação em redes; 07 Rodas de Conversa com as famílias sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, onde participaram um total de 141 pessoas, entre elas, mulheres, homens e jovens; 01 Audiência Pública Territorial sobre violência contra as mulheres e os mecanismos de proteção com a participação

de 63 mulheres e homens. Bem como a realização de 07 Campanhas municipais “Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, onde participaram 700 pessoas entre elas, mulheres, homens e jovens.

Resultados alcançados:

01 experiência da campanha de enfrentamento a violência contra as mulheres reconhecida e selecionada pelo Governo do Estado da Bahia em 2016, e que será publicada na cartilha de Boas Práticas Territoriais em 2017;

- 07 Municípios mobilizados aderiram à campanha de enfrentamento a violência contra as mulheres com o tema “Vamos mudar a Regra do Jogo? Homens Pelo fim da violência contra as mulheres”;

- 40% de aumento na participação dos homens, durante as campanhas municipais de enfrentamento a violência contra as mulheres, em 2016;

- **Assessoria Sociopolítica as organizações de mulheres:** foram realizadas 07 reuniões municipais de planejamento, monitoramento e avaliação com as organizações de mulheres e parceiros locais e com a participação de 124 Mulheres Lideranças, 02 Oficinas territoriais de formações política sobre a participação da mulher na política, onde participaram 88 mulheres lideranças das organizações de mulheres e 01 Oficina regional sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres – CMDDM, tendo a participação de 24 mulheres Conselheiras e Lideranças municipais.

Resultados:

03 novos coletivos de mulheres foram articulados e/ou constituídos, nos municípios de Riachão do Jacuípe, Nova Fatima e Conceição do Coité, garantindo a ampliação da participação e atuação sociopolítica das mulheres;

- 01 Plataforma política sobre direitos das mulheres elaborada por lideranças e candidatas a vereadoras para implementação durante o pleito 2016;

- 47 mulheres participando ativamente dos conselhos de direitos e das organizações locais e regionais, tais como: Conselho de Desenvolvimento Social, saúde, educação, Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal- CODES SISAL – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Cooperativas, Diretorias dos sindicatos, presidência de associações, comissão de água e diretoria do MMTR/NE;

- 01 projeto para qualificação de 20 jovens lideranças e apoio ao MMTR aprovado pela organização Brazil Fundation, em processo de implementação.

Incidência política – Espaços de intervenção e resultados alcançados:

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres – CDDM

- Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo;

- GT de Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia);

- Comitês Territoriais de Mulheres do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão;

- Fórum Ater Feminista e Agroecologia.

Resultados:

- 01 Plano Territorial requalificado com contribuição do MOC na elaboração do eixo de Políticas para Mulheres;

- 01 Sistematização de experiência sistematização de experiência do MOC em ATER, Feminismo e Agroecologia lançado em março de 2017, juntamente com 01 campanha da Divisão Justa do Trabalho Doméstico;

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2016 foi de grandes desafios, sobretudo para as mulheres. Foi um contexto de retrocesso e perdas de direitos. Diante de um cenário de recessão econômica priorizou-se, a partir do Governo Federal, o corte em políticas sociais e da redução da participação democrática, afetando diretamente o acesso dos mais pobres às políticas públicas que garantem direitos; além disso houve a extinção da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres-SPM/PR o que implicou corte no orçamento que implementaria políticas específicas de promoção a autonomia das mulheres, afetando diretamente ações também nos Estado e municípios. Diante deste contexto, as perdas e reformas propostas atingem direta e indiretamente na vida das mulheres, já que elas dependem não só das políticas universais, mas também das específicas para superação das desigualdades de gênero. Mediante este cenário, apresentamos como destaque a resistência e resiliência das mulheres, participando em muitas manifestações e ampliando a participação com maior apropriação em espaços de incidência, de proposição, controle social e especialmente na política, onde buscou sua representação nas candidaturas e na defesa de uma plataforma política social, o que resultou na eleição de algumas feministas ativistas que se comprometeram com a causa, reafirmando o lugar da mulher na política e priorizando a articulação e garantia de uma pauta que assegure os direitos humanos.

Nessa perspectiva, no intuito de fortalecer e ampliar as frentes de lutas e resistência, o programa de gênero intensificará para o ano de 2017 ações voltadas para a sistematização das políticas específicas e articulação das organizações para diálogo e negociação com a nova gestão municipal e Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, mediante documentos elaborados durante conferências municipais de políticas para as mulheres em 2015/2016. Ampliaremos a campanha de enfrentamento a violência contra as mulheres junto às organizações parceiras nos territórios de atuação, além de envolver os consórcios territoriais, ampliando o envolvimento dos homens, num intensa articulação junto às organizações de mulheres e o poder público. Outro elemento importante é a constituição e/ou fortalecimento das redes municipais de enfrentamento a violência de gênero reafirmando o compromisso de toda sociedade na garantia dos direitos das mulheres. A conclusão da política de gênero é outro fator prioritário para o ano de 2017, que subsidiará melhor a atuação e posicionamento da instituição sobre a promoção da igualdade de gênero, intensificando a transversalidade com todos os programas.

Concluimos, afirmando que a atuação do programa de gênero junto às organizações de mulheres tem sido de fundamental importância como contribuição para o empoderamento sociopolítico, econômico e cultural das mulheres juntamente com seus familiares uma vez que é missão do MOC assumir o compromisso de lutar ao lado dos mais vulneráveis e oprimidos pelo sistema conservador, racista, machista e patriarcal que naturaliza as desigualdades entre mulheres e homens na sociedade. Essa é uma tarefa de todos e todas. *“Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres”*.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

Atividades	Caracterização	Nº Participantes
01 formação do Programa de Água Produção de Alimentos e Agroecologia	Técnicos do MOC	50
05 Reuniões com a comissão para a construção da política institucional de Gênero	Técnicos do MOC	10
01 Sistematização sobre ATER, Feminismo e Agroecologia	Mulheres do movimento	30
01 Sistematização sobre campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres “Quebre o Silêncio! Sua atitude Salva Vidas!”	Mulheres do movimento	30
07 reuniões municipais de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres Rurais e Periurbanas	lideranças femininas e profissionais dos organismos de proteção às mulheres em situação de violência	160
07 Rodas de Conversa sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres	Mulheres, homens e jovens	141
01 Audiência Pública Territorial sobre violência contra as mulheres e os mecanismos de proteção	Mulheres e homens	63
07 Campanhas municipais “Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”	Mulheres, homens e jovens	700
07 reuniões municipais de planejamento, monitoramento e avaliação com as organizações de mulheres e parceiros locais	Mulheres e lideranças	124
02 Oficinas territoriais de formações política sobre a participação da mulher na política	Mulheres lideranças	88
01 Oficina regional sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres – CMDDM	Mulheres conselheiras e lideranças municipais	24

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – PFEES

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) no ano 2016, após amadurecimento e consolidação no MOC, intensificou junto ao seu público assistido (EES) os processos de organização, gestão, articulação em rede, qualificação produtiva e comercialização, fruto da implementação do seu Planejamento estratégico.

Para viabilizar os processos citados acima, foram realizadas ações previstas em projetos do MOC, com a participação, em alguns casos, de outros programas da instituição, e dentre esses projetos estão: Cooperação – Programa Mais Gestão (MDA); Rede de Cidadania, no sertão da Bahia (Petrobras); Mulheres em Rede (SETRE) Ciranda das Artes Produzindo Conhecimento e Autonomia (MDA); Redes Solidárias (SENAES/MTE).

Em 2016, foram preservadas as principais características do PFEES, quanto ao seu objetivo estratégico e quanto sua divisão em dois eixos como explicitamos a seguir:

- **Objetivo estratégico:** Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e Solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido.
- **Eixo Gestão e Participação Social:** com intuito de promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social.
- **Eixo Acesso a Mercados:** com o intuito de Estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos mercados (institucional, convencional e diferenciado) com ênfase no institucional.

2. GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No ano de 2016, o PFEES continuou realizando o acompanhamento técnico sistemático a duas Redes Regionais: Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), além de 119 Empreendimentos Econômicos Solidários - EES na sua maioria filiados as duas redes, sendo associações e cooperativas de produção formadas por homens e mulheres e empreendimentos não formais formados exclusivamente por mulheres, **chegando a 5.049 pessoas envolvidas.**

A Arco Sertão tem como estratégia básica a logística de distribuição dos produtos através de REDE, nos diversos territórios. Deste modo coopera na construção do desenvolvimento Econômico e Ambiental, com Inclusão Socioprodutiva.

Já a Rede de Produtoras tem como estratégia articular empreendimentos de mulheres, na linha da produção e comercialização dentro dos princípios da economia solidária.

Em 2016 a Arco Sertão Central foi premiada pelo Governo do Estado da Bahia em Boas Práticas Territoriais, quando da apresentação da experiência de Rede de Comercialização, funcionando no Estado da Bahia, como instrumento de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Neste ano, inicialmente, foi iniciada a aplicação da ferramenta do programa que irá fazer um levantamento de todos os EES assistidos, nas esferas organizacional, estrutural, produtiva, comercial visando um acompanhamento mais direto nas fragilidades, necessidades e potencialidades dos EES.

No sentido de acompanhar as duas redes e seus EES filiados a equipe PFEES durante 2016 buscou centrar suas atenções nos seguintes aspectos: a regularização da documentação dos EES como, DAP jurídica, Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários CADSOL e Declaração de Empreendimento Econômico Solidário DCSOL oportunizando acesso das redes e seus empreendimentos às políticas públicas de ATER e comercialização.

Com atuação no campo do fortalecimento da Economia Solidária e da Agricultura Familiar, a equipe técnica do PFEFES e as Redes (Arco Sertão Central e COOPERREDE), estão inseridos em diversos espaços de construção e implementação das políticas públicas e espaços de incidência política, entre os quais destacamos: Fórum Estadual de Economia Solidária, Conselho Estadual de Economia Solidária, Câmara Técnica Estadual de Comercialização, GAPAA – Grupo de acompanhamento do PAA, que vem contribuindo na visibilidade do trabalho dos agricultores e agricultoras familiares, na luta pelos direitos, no beneficiamento e na comercialização de seus produtos.

2.1 - Acesso à Mercados

Devido a conjuntura política vivida no país, o ano de 2016, foi um ano difícil em relação a comercialização pelo público assistido pelo Programa. No campo das Políticas Públicas foi notória a diminuição de acesso a mercados. Um exemplo drástico foi a quantidade de propostas enviadas para CONAB para participação no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, sendo 09 propostas lançadas no sistema e apenas 02 propostas contratadas, totalizando um valor de R\$ 344.837,00 (trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete mil reais,) valor este que se comparado ao último ano, observa-se uma queda elevada de propostas enviadas e contratadas.

Porém, em busca de alternativas para a sustentabilidade comercial dos EES, o PFEES visou estimular os empreendimentos na exploração de outras possibilidades de mercados, principalmente a participação em feiras locais, regionais e estadual. Ao todo foram 10 participações em feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, possibilitando a exposição e comercialização dos produtos. Outra ação

importante foi a realização das feiras agroecológicas nos municípios, uma ação pensada em 2015 e que em 2016 algumas foram implementadas. Nos municípios de Riachão do Jacuípe, Nova Fátima, Serrinha estas feiras estão funcionando semanalmente.

Outro fator relevante na busca de captação de recursos e geração de renda para os EES assistidos foi a elaboração de projetos, tarefa em que a equipe do PFEES se debruçou, identificando editais disponíveis para elaboração de propostas, com destaque para os editais da Fundação Banco do Brasil, Bahia Produtiva e BNDES. Alguns projetos em 2016 foram firmados e finalizados, como o projeto de reforma e construção da unidade de beneficiamento firmado com a CAR, onde 1 empreendimento assistido foi contemplado, 2 projetos contemplados com doação de equipamentos com o Consulado da Mulher, 1 unidade de abate de galinha caipira com a documentação organizada para certificação em finalização.

Houve também ações direcionadas ao fortalecimento dos pontos fixos de comercialização mantidos pelos empreendimentos assistidos, sendo 4 pontos, o Armazém da Agricultura Familiar localizado em Serrinha, Ciranda das Artes, localizado em Feira de Santana, Maria Bonita e Coobencol, ambos localizados no município de Santaluz.

Com relação as duas redes, ambas mantiveram o processo de articulação, empoderamento e estímulo à comercialização por suas filiadas. Contudo, com as dificuldades enfrentadas no decorrer do ano, percebe-se também uma queda significativa de faturamento, conforme especificado logo abaixo.

a) Rede Arco Sertão Central

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em 2016 intensificou a comercialização dos produtos das suas filiadas e empreendimentos parceiros frente às Prefeituras e Escolas Públicas Estaduais e municipais para as vendas pelo Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE e participou também nas licitações públicas. Também vale destacar as vendas diretas aos viajantes e turistas no “show room” localizado no município de Serrinha, as participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos. Uma das ações bastante intensificada foi o dialogo junto aos órgãos federais (universidades, institutos entre outros) visando abrir possibilidades de outros mercados.

Em 2016, foi comercializado um total de R\$ **801.364,79** (oitocentos e um mil e trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) pela rede Arco Sertão Central, no mercado institucional (PNAE Município e PNAE Estado), a varejo e prestação de serviços no fornecimento de alimentação, envolvendo os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) filiados.

b) Rede COOPEREDE:

A COOPEREDE deu continuidade às ações de comercialização através de dois espaços solidários, localizados nos municípios de Feira de Santana e Santaluz com vendas de artesanatos e alimentos. A COOPEREDE também comercializa no espaço solidário de prestação de serviços, onde a mesma trabalha com o fornecimento de alimentação e hospedagens participando de licitações públicas.

Em 2016, a COPEREDE arrecadou montante de R\$ 698.756,80 (seiscentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), valor este que beneficiou os grupos de mulheres filiados a COOPEREDE que fornecem hortaliças, temperos, polpas de frutas, doces, biscoitos, farinha e feijão, além das mulheres que se dedicam à preparação dos alimentos e manutenção do espaço de realização dos eventos e nas participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

Foram intensificadas ações de formação, qualificação da produção e desenvolvimento de novos produtos nos segmentos de alimentação e artesanato. Houve também avanços na gestão com a ampliação das reuniões da diretoria e outros processos.

3. CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS PARA 2017

A crise política enfrentada pelo país atingiu diretamente o trabalho do PFEES em 2016, redundando em redução e perdas de direitos conquistados pelos agricultores e agricultoras familiares, quando políticas públicas que asseguravam comercialização e assistência técnica foram afetadas, comprometendo o acesso a renda e sustentabilidade dos empreendimentos, conseqüentemente afetando também o acompanhamento do programa junto ao seu público assistido

Muitos foram os desafios que se colocaram no horizonte desse conjunto de ações que buscaram através de estratégias contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do PFEES. Contundo a equipe durante o ano de 2016 buscou através de iniciativas empreendedoras, consolidar processos participativos e práticas mais justas e solidárias, visando contribuir para a construção de uma realidade mais próspera, buscando a sustentabilidade dos empreendimentos.

O PFEES se vê no papel de estimular a busca dos direitos do seu público atendido seja através de políticas públicas, ou no exercício da auto sustentabilidade, procurando sempre aprimorar conhecimento, técnicas, a estrutura e a contínua expansão da comercialização. Ainda é notória a significativa dependência dos EES em relação ao mercado institucional no que tange a comercialização dos produtos, como também as fragilidades estruturais do processo de ampliação de novos mercados, devido especialmente às dificuldades em se obter as certificações necessárias.

Os resultados aqui mencionados foram esforços coletivos do PFEES juntamente com os ESS assistidas e organizações parceiras que assumiram o compromisso de construir juntos caminhos viáveis e necessários para a mudança da realidade dos Empreendimentos, tornando-as mecanismo de inclusão socioeconômica, gerando trabalho e renda.

O PFEES tem como perspectivas para 2017, dar continuidade na articulação dos EES em Redes via Arco Sertão Central e a Rede de Produtoras da Bahia, a partir de uma assessoria técnica e sistemática com ampliação do número de filiações, objetivando melhoria da organização nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a geração de trabalho e renda numa perspectiva de uma melhor convivência com o semiárido. Eis a seguir alguns de nossos desafios:

- **Garantir** presença em espaços que discutam as questões relativas à agricultura familiar e economia solidária, para que os EES participem do processo de discussão e decisão relacionados a eles.
- **Fomentar** as certificações necessárias para que os EES possam qualificar e ampliar a produção e comercialização buscando novos mercados, intensificar a participação em editais visando projetos de qualificação, melhoria e apoio técnico financeiro.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

ATIVIDADE	REALIZA DAS	PÚBLICO ENVOLVIDO / BENEFICIÁRIO		
		CARACTERIZAÇÃO	Nº PARTIC (por atividade)	TOTAL
Mobilização e Seleção Empreendimentos	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	10
Pré-diagnóstico	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	10
Diagnóstico	17	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	170
Visitas de orientação e acompanhamento	26	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	260
Reuniões de Articulação	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	60
Plano de Aprimoramento	40	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	400
Visitas Técnicas para implementação do plano de aprimoramento	500	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	4.000
Seminários regionais de apresentação, planejamento e monitoramento das ações do projeto junto aos empreendimentos filiados à Arco Sertão Bahia, Rede de Produtoras da Bahia e organizações parceiras.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	50	100
Encontros de planejamento, monitoramento e avaliação das ações da equipe executora do projeto;	09	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	90
Planejamento, monitoramento e avaliação de ações estratégicas para enfrentamento dos problemas identificados como básicos e impeditivos de melhor desempenho da Arco Sertão.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	40	80
Planejamento, monitoramento e avaliação de ações estratégicas para enfrentamento dos problemas identificados como básicos e impeditivos de melhor desempenho da pela Rede de Produtoras da Bahia.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	40	80
Visitas técnicas aos municípios para monitoramento do plano, identificar novas necessidades e orientação para o acesso aos mercados institucionais;	50	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	500
Cursos e debates sobre questões específicas da produção voltadas para as cadeias produtivas,	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	160

com vistas à certificação;				
Visitas técnicas aos municípios para orientação produtiva com vista à certificação	120	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	1200
Seminário Regionais sobre certificação da produção;	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	50	50
Encontros regionais de sistematização da experiência da RPB e da ARCO-Sertão com foco nas ações e princípios do comércio justo e da economia solidária;	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	50	50
Campanha para promoção social e econômica das redes Arco Sertão Bahia e Rede de Produtoras da Bahia	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	2000	2000
Dias de Campo para produzir as peças - fotografias, filmagens, entrevistas, informações.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	100
Oficina participativa para construção da identidade visual dos produtos.	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	20
Cursos de qualificação em padronização de produtos.	05	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	100
Cursos de manipulação e conservação de alimentos.	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	90
Intercâmbio entre os EES para troca de experiências.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	45	90
Cursos de GRH para os EES.	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	240
Cursos sobre Gestão Financeira e administrativa.	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	240
Construir cisternas de placa nos EES.	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	25	200
Adquirir equipamentos para eficiência produtiva de 8 unidades EES.	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	25	200
Filiações do código de barras para os produtos	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	100	200
Audiências públicas com gestores e parceiros na perspectiva de divulgação dos produtos.	06	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	180
Elaborar Plano de Negócio das Redes de produção e comercialização	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	30
Visitas técnicas nos EES.	100	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	1000

Seminários de regionais de monitoramento e avaliação de resultados	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	90
Cursos sobre qualificação da produção e na elaboração de novos produtos;	04	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	80
Cursos sobre gestão administrativa e financeira dos EES, Políticas Públicas e Participação Social, montado a partir dos problemas e necessidades identificadas;	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	60
Encontros regionais de planejamento e monitoramento das ações do projeto a partir das demandas dos empreendimentos (03 realizados)	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	90
Encontros bimensais com a equipe do projeto para monitoramento e avaliação das ações do projeto.	06	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	60
Cursos sobre viabilidade econômica;	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	90
Apoio aos empreendimentos na apresentação visual e divulgação dos produtos nos espaços de comercialização;	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	200	200
Apoiar a aquisição de equipamentos e móveis para os espaços de comercialização solidária e para os empreendimentos;	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	200	200
Apoios à participação das mulheres em espaços solidários de comercialização;	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	3	30
Visitas técnicas para orientação e elaboração de projetos e cadastro de acesso aos mercados;	46	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	460
Viabilizar a participação dos 08 EES em 36 eventos de comercialização (feiras, eventos, etc)	15	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	75
Assessorar as redes na identificação e processos de definição e busca de participação o em espaços estratégicos de comercialização, comércio justo e economia solidária;	30	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	3	90
Assessorar e oferecer apoio logístico para o funcionamento dos espaços de comercialização das Redes Solidárias;	12	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	100	1200
Apoiar financeiramente as missões de acesso ao comprador (pontos turísticos, mercados de artes, lojas, etc)	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	3	30
Apoiar a participação em espaços estratégicos de comercialização, comércio justo e economia solidária	100	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	3	300

Levantamento de oportunidade de mercados	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	42	42
Reuniões de apresentação do Levantamento de oportunidade de MDA/MAIS GESTÃO Mercado	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	8	64

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA DO MOC (PECONTE)

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do ano de 2016, o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) do Movimento de Organização Comunitária (MOC), junto a todos os/as colaboradores/as e entidades parceiras continuou executando o Planejamento Estratégico Institucional, iniciado em 2014 e finalização prevista para 2018.

Todo o Planejamento de 2016 levou em consideração, assim, o planejamento estratégico e as ações estratégicas do programa e dos projetos que executamos, tendo como referência a proposta político pedagógica do CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo e o Projeto Baú de Leitura, que são executados há mais de duas décadas pelo PECONTE, numa dimensão de construção da cidadania, na busca por efetivação dos direitos das populações do campo do Semiárido, especialmente as crianças e adolescentes.

Vale ressaltar que o ano de 2016 foi bastante atípico. Se nos anos anteriores os municípios envolvidos pelas ações do MOC avançaram muito no campo da elaboração e implementação de políticas públicas, 2016 foi um ano de lutas para manter a democracia e as políticas e direitos sociais já conquistados que, naquela conjuntura política, se encontravam ameaçados. Coube aos movimentos sociais lugar destacado de defesa dos direitos, especialmente do público com que o MOC trabalha.

Mesmo antes desse contexto difícil, as ações do Programa sempre estiveram pautadas na linha do acesso aos direitos, uma vez que o programa sempre objetivou contribuir para a garantia da Educação Contextualizada de qualidade nos municípios de atuação, com uma educação emancipadora, cidadã e libertadora, para e com os sujeitos do campo, uma educação que pensa/valoriza o sujeito a partir de onde ele está inserido. Para isso, o trabalho se deu com um público específico, que são: coordenadores/as, professores/as, diretores/as de escolas, representantes da sociedade civil, crianças, adolescentes e famílias que vivem no campo, em 20 municípios do Semiárido baiano nos territórios de identidade da Bacia do Jacuípe, Sisal e em 2016 ampliamos para o Território Portal do Sertão, realizando ações pontuais.

No presente relatório estão elencadas as principais ações desenvolvidas no ano de 2016, bem como os seus resultados, tendo como eixo orientador a contribuição para o acesso, com os seguintes eixos e objetivos enumerados abaixo.

1.1 - Objetivo Geral do PECONTE:

Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável.

1.2- Eixos e Objetivos Específicos:

1.2.1 - Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/es e diretoras/es de escolas):

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;

1.2.2 Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil.

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;

1.2.3 Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária).

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;

1.2.4 Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido.

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;

1.2.5 Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente.

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente;

A partir da divisão dos eixos as atividades foram desenvolvidas conforme relatos a seguir.

2. ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Todas as atividades realizadas pelo Programa seguem uma metodologia própria, criada pelas reflexões e estudos do MOC em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana e com outras entidades sociais. As ações de Educação do Campo contextualizada são todas pautadas na metodologia participativa da ação-reflexão-ação, embasada na pedagogia e filosofia de educação de Paulo Freire. Toda a metodologia tem como objetivo garantir a participação ativa e cidadã dos sujeitos sociais do campo, visando o fortalecimento da identidade, participação política e social nas comunidades e municípios, acesso aos direitos através das políticas públicas e formação continuada para aprofundamento e ampliação dos conhecimentos e saberes dos povos do campo.

Essa metodologia é materializada através da proposta política pedagógica do CAT e fortalecida com a concepção e metodologia de leitura lúdica e contextualizada do Projeto Baú de Leitura que buscam contribuir na melhoria da aprendizagem, bem como na valorização da identidade das pessoas do campo, respeito às diferenças, à diversidade com inclusão, diálogos sobre relações sociais de gênero, raça e etnia, relação e o cuidado com o meio ambiente, o exercício da cidadania, protagonismo e participação política que oportunizam uma aprendizagem significativa numa dimensão holística de vida.

Seguem descritas a seguir:

2.1 - Atividades realizadas nos Eixos e Objetivos Específicos:

2.2.1 Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/es e diretoras/es de escolas)

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;

Para esse eixo o PECONTE realizou visitas a todos os municípios envolvidos nos processos de Educação do Campo Contextualizada, realizando conversas com as gestões municipais (prefeitos/as e secretários/as de educação) para o fortalecimento das parcerias. Também foram realizados Seminários com os mesmos para planejar e avaliar as ações desenvolvidas, buscando o fortalecimento das ações em educação do campo.

Em 2016 obtiveram-se muitas conquistas no campo das políticas públicas municipais. Efetivamente os municípios de Barrocas, Monte Santo, Riachão do Jacuípe e Valente elaboraram, aprovaram e regulamentaram as Leis Municipais de Educação do Campo, garantindo assim que os processos de educação não dependam mais da vontade política de gestões, configurando-se enquanto política pública, que necessita de equipe pedagógica, concepção filosófica e pedagógica,

contextualização e orçamento específico para que sua implementação se efetive e se mantenha. Assim sendo, estamos totalizando 15 municípios com Leis Municipais aprovadas, sendo 04 na Bacia do Jacuípe e 11 no Sisal. Faltam 05.

Para qualificar as leis municipais, o Programa iniciou em abril de 2016 um processo de assessoria e capacitação em organização dos orçamentos municipais em Educação do Campo e captação de recursos em 06 municípios, a saber: Barrocas, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Riachão do Jacuípe e Serrinha. Foram realizadas reuniões e oficinas específicas nos municípios tendo como público prioritário as equipes das secretarias municipais de educação e representantes da sociedade civil para iniciar o debate e os processos de elaboração de orçamento específico que legitime ainda mais as leis municipais e contribuam para a melhoria da qualidade de educação.

Outro ponto importante na implementação das políticas públicas de Educação do Campo foi o debate sobre currículo contextualizado. Foi realizado na UEFS o Seminário sobre Currículo Contextualizado com a participação de universidades (UNEB, UFBA e UEFS) e entidades (MOC, Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, etc.). Este passo possibilitou aprofundar as discussões sobre currículo contextualizado para convivência com o semiárido.

O MOC publicou em anos anteriores um livro para contribuir com a discussão e com o passo-a-passo da elaboração de currículos municipais contextualizados nos municípios de abrangência de seus projetos. O livro **Contribuições para Construção de Currículo Contextualizado para o Semiárido** foi distribuído e amplamente debatido nos municípios. O resultado do debate começou a ser visto a partir das elaborações dos Planos Municipais de Educação, que passaram a vigoraram em 2016 e que contemplaram a Educação do Campo.

Nesse sentido, os municípios começaram a repensar seu currículo municipal, visando valorizar a identidade de suas comunidades no documento. As discussões seguem em efervescência.

As representações da Sociedade Civil decidiram fazer um levantamento da situação das escolas do campo em 12 municípios, analisando a infraestrutura e a parte pedagógica, essenciais para o bom funcionamento das escolas do campo, bem como a quantidade de escolas fechadas nos municípios. Este diagnóstico foi apresentado pela sociedade civil nas reuniões de diretorias dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Conselhos Municipais de Educação, enfim, vem sendo apresentado e debatido com a sociedade.

Como resultado, 63% dos municípios dos 15 de nossa área de ação elaboraram a Lei de educação Contextualizada e 03 destes conseguiram organizar o orçamento de educação contextualizada.

2.2.2 Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e

avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória.

Para alcançar este objetivo específico, foram realizadas formações processuais para avaliação, monitoramento e planejamento das ações em educação do campo contextualizada em 20 municípios, com a participação ativa das equipes pedagógicas que coordenam o CAT e Baú de Leitura, e os/as representantes da sociedade civil organizada, totalizando a participação continuada de uma média de **65 pessoas por encontro**.

No primeiro encontro, todos os municípios construíram a Ficha Pedagógica, que é o planejamento por unidade letiva do CAT. As Fichas possuem um tema anual como norteador das ações e dos conteúdos e a partir do mesmo surgem os subtemas, que são trabalhados por unidade. Em 2016 o tema escolhido pelas coordenações municipais foi **“O Semiárido em suas dimensões ambientais, culturais, políticas e sociais: conhecê-lo, analisá-lo e transformá-lo a partir do chão em que vivemos”**.

Cada encontro foi realizado tendo a educação contextualizada como mote e concepção pedagógica e filosófica. A partir dela foram trabalhadas temáticas e dimensões importantes para o acesso aos direitos nos municípios e comunidades rurais do semiárido. Tais como as relações sociais de gênero com vistas a uma sociedade mais justa e equânime; alfabetização, letramento e leitura lúdica e contextualizada, jogos cooperativos, educação ambiental, formação de professores/as em gerenciamento de recursos hídricos na escola; incentivos à participação em espaços de incidência política pelas representações da sociedade civil e para isso houve formação em educação do campo (princípios e concepções, gênero, raça e etnia, direitos da criança e adolescente, acompanhamento de Conselhos Municipais, etc.).

Nos encontros foram planejadas e avaliadas oficinas com educadores/as, sociedade civil, crianças, conselheiros/as de educação e de alimentação escolar, etc.

Também se realizou formações com os/as coordenadores/as e professores/as sobre temáticas relacionadas, educação não sexista, não discriminatória a partir das demandas que as crianças e adolescentes haviam colocado. Foram construídas mais de 20 hortas com apoios de projetos e multiplicadas mais de 150 hortas escolares, canteiros de mudas frutíferas e pequenos quintais nos municípios, 44 cisternas de 52.000 litros foram construídas nas escolas do campo.

Outro processo fundamental e que é parte do itinerário pedagógico do CAT são as devoluções, realizadas a partir da finalização do trabalho com a Ficha Pedagógica. Em 2016, por conta da conturbada conjuntura política, o número de devoluções foi menor que o ano anterior. Foram realizadas 117 devoluções nas escolas do campo,

Números do CAT e Baú de Leitura em 2016

- **43** Coordenadores/as do CAT com formação continuada;
- **21** Coordenadores/as do Baú de Leitura;
- **180** Professores/as participaram das formações específicas do Baú de Leitura;
- **32** Fichas Pedagógicas elaboradas e desenvolvidas;
- **04** Encontros Regionais com diversos públicos;
- **11.965** participaram das ações de devoluções nas escolas;
- **1.030** Professores/as participaram das formações em metodologia CAT/Baú
- **17.920** crianças e adolescentes participaram direta e indiretamente das ações do CAT/Baú de Leitura.
- **20** hortas construídas;
- **44** cisternas de 52.000 litros nas escolas do campo.
- **45** gestores (Secretários/as de Educação e diretores de escolas do campo)
- 32 representantes da sociedade civil

com a participação de 1.965 famílias, que juntamente com a escola discutiram os problemas encontrados nas comunidades, a fim de transformar a realidade, conhecendo e lutando por seus direitos, dialogando com o poder público e solicitando saneamento básico, postos de saúde (com profissionais, horários, serviços, medicação e etc.), coleta de lixo, não fechamento de escolas nas comunidades, possibilitando assim uma organização social em torno dos direitos, visando o desenvolvimento local sustentável e solidário.

Como **resultado**: 65% dos coordenadores/as compreendendo a metodologia (39 coordenadoras/es), com 42% de professoras/es compreendendo a metodologia e aumento de professores desenvolvendo a metodologia do Baú de Leitura e desenvolvendo práticas de educação não sexista e não discriminatória. Diagnóstico das escolas do campo feito pela sociedade civil e a partir disso mobilizando para melhorar a qualidade.

2.2.3 Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária):

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;

O PECONTE realizou, em 2016, atividades diretamente com crianças e adolescentes como oficinas lúdicas, intercâmbios de troca de saberes, oficinas de construção de materiais, brincadeiras e jogos, entre outras.

A partir da pesquisa científica sobre a eficácia do CAT elaboraram-se instrumentos de avaliação contextualizada, aplicados em 10 escolas para observar amplamente o desenvolvimento das crianças..

Buscando o protagonismo da criança e adolescente, também foram realizadas oficinas de produções textuais e livrinhos sobre a história da comunidade, publicando 2.000 exemplares com histórias narradas e com desenhos das próprias crianças.

Outro destaque do ano de 2016 foi a construção da carta de crianças e adolescentes intitulada **Carta de Crianças e Adolescentes de Escolas do Semiárido para Candidatos/as à Prefeitos/as e Vereadores/as**, na qual apresentam demandas de suas comunidades e municípios, tais como: saneamento básico e esgotamento sanitário, alimentação escolar saudável com produtos da agricultura familiar, esporte e lazer nas comunidades, quadras de esporte, fomento à cultura, melhorias na qualidade da educação, etc. A carta foi apresentada e discutida em 20 municípios aos prefeituráveis e candidatos/as à vereança através de reuniões e rodas de conversas com a participação das crianças, que debateram e exigiram seus direitos.

Como **resultado** dessas ações, Instrumento construído e sendo aplicado em 10 escolas e **83% do CAT** com aprendizagem melhor que crianças não inseridas no CAT.

2.2.4 Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;

Sistematizar experiências é um instrumento para refletir a prática e, a partir daí, transforma-la em teoria. Esse sempre foi e é um passo fundamental para disseminar experiências exitosas. Esse é um dos objetivos do MOC. Nesse sentido o PCONTE, publicou dois materiais. Um foi fruto da pesquisa, com o título **A Educação Contextualizada no Semiárido Baiano**, e outro um resumo da proposta do CAT, a cartilha **Sementes de Educação Contextualizada: resultados e caminhos encontrados na pesquisa do Projeto CAT MOC/UEFS/UFCG**, que está sendo utilizado nas formações com gestores e professoras/es.

A cartilha apresenta os principais resultados da metodologia na vida de egressos e de crianças envolvidas no CAT/Baú de Leitura, bem como traz embasamento sobre como implementar e dar continuidade ao processo nos municípios.

Outro tipo de sistematização são os processos de Educomunicação. Neste caso, foram construídos por crianças e adolescentes de 04 comunidades a produção de 2.000 livrinhos com ilustrações e textos das crianças remontando a história dessas comunidades, bem como foi produzido um DVD mostrando como foi o processo de elaboração, envolvendo toda a comunidade e com variadas atividades e processos culturais.

Outros materiais já estão sendo pensados, agora com o foco maior em jogos e brinquedos pedagógicos que poderão facilitar o processo de aprendizagem.

Um destaque em 2016, o MOC ganhou o **Prêmio por um Brasil de Leitores**, do Ministério da Cultura, apoiando as ações do Projeto Baú de Leitura e reeditamos o livro: Baú de Leitura: Lendo Histórias, Construindo Cidadania.

Como **resultado**, três materiais publicados: um com as crianças e dois de sistematizações da pesquisa e da proposta político pedagógica do CAT, que está servindo para formação de gestores, coordenadoras/es e professoras/es das escolas do campo.

2.2.5 Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente.

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

O ano foi marcado por uma diversa conjuntura política, que exigiu do Programa uma maior incidência política como instrumento de evitar a perda de direitos. O MOC participa tendo representação do PECONTE dos seguintes espaços:

- **CECA** – Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente – onde são definidas políticas de defesa, proteção e promoção da infância e adolescência no Estado da Bahia. O MOC tem participação propositiva. Através dessa ação, participação da **Conferência Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**. Através da atuação no CECA, o MOC participou da Assembleia do **CONANDA** – Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente, debatendo questões em âmbito nacional e elegendo a nova diretoria.

- **FEEBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia – é um fórum que reúne poder público e sociedade civil organizada, universidades, instituições de pesquisas, entidades da sociedade civil, etc. O MOC participa como instituição oficial. A partir da Conferência Nacional de Educação 2010, o Fórum é responsável pela elaboração das políticas públicas de educação do estado da Bahia, como Plano Estadual, Conferências Estaduais e outras demandas. Este ano foi concluído o Plano Estadual de Educação (PEE) e enviado para Assembleia Legislativa para aprovação. O MOC participou das Audiências Públicas, bem como debate da Base Nacional Comum (BNC) que está dialogando uma base comum para o currículo no país. Debateremos a necessidade da BNC incorporar a proposta de Educação do Campo Contextualizada para convivência com o Semiárido.

- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo – outro espaço de articulação da sociedade civil, específico da Educação do Campo e com participação de algumas universidades. O FEEC tem um papel importante na construção de propostas de Educação do Campo tanto em âmbito estadual, quanto nacional. Em 2016 o FEEC iniciou uma campanha de auto sustentabilidade visando à elaboração de projetos no campo da formação de educadores e educadoras do campo, realização de audiências públicas e fóruns para debater o fechamento de escolas, currículo contextualizado e educação contextualizada enquanto direito. Realizou ainda um encontro estadual que reuniu parceiros de todo o estado da Bahia discutindo a conjuntura da educação do campo na Bahia e a necessidade de a Coordenação Estadual de Educação do Campo (órgão estadual) elaborar com o apoio do FEEC uma política pública estadual de Educação do Campo.

- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – o MOC participa da Executiva da RESAB e das ações realizadas, articulando e fortalecendo a rede e o debate sobre políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada na perspectiva da convivência com o Semiárido.

- **Grupos de Trabalhos em Educação** dos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais Sustentáveis (CODES) – O MOC participa dos GT's de dois territórios: Sisal e da Bacia do Jacuípe. Em 2016, foi o momento de rearticular o GT de Educação do CODES Sisal, que ficou um breve período desarticulado e sem reuniões periódicas. O PTSS foi requalificado e apresentado no final do ano

aos demais GT's que compõem o CODES e as propostas foram aprovadas. Em 2017 o Plano deve ser apresentado e disseminado em todo o Território. No GT do CODES Bacia do Jacuípe foi criada a Câmara Técnica de Educação. O MOC também contribuiu com as discussões e elaboração do PTDSS da Bacia do Jacuípe no que tange a parte de Educação.

Os principais resultados da participação e incidência política são o fortalecimento dos Movimentos Sociais do Campo e a parceria com as instituições que compõem estes espaços. O foco principal foi na defesa da Educação do Campo Contextualizada enquanto direito das crianças e adolescentes do Semiárido, com aprovações de propostas implementadas nos Planos Municipais, Territoriais, Estadual e Nacional, o acompanhamento dessas políticas por meio de debates e avaliações nos Fóruns Regionais também foi algo que se solidificou bastante nos Territórios e isso é importante diante dos desafios pela frente, especialmente na consolidação da Educação do Campo Contextualizada enquanto política pública e não mais enquanto projetos isolados com prazo para finalizar, mas enquanto direito garantido por lei e com orçamento específico para sua efetivação e autonomia.

A participação nestes espaços garantiu à equipe do PECONTE formação política em educação nas suas mais diversas dimensões, sobretudo no campo do direito à alimentação saudável e segurança alimentar, direitos sociais do campo, não fechamento de escolas, direito das crianças e dos adolescentes e outros.

Como **resultado** destacamos participação de forma propositiva em 04 espaços: RESAB, FEEC, CECA, FEEBA, participando de Seminários e Encontros em âmbito nacional e estadual, e, também em 2016, o MOC retomou a atuação nos GTs dos CODES

3. ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

No ano de 2016 as atividades previstas nos projetos do PECONTE foram realizadas de acordo ao seu cronograma, apesar de alguns contratemplos.

Os resultados do trabalho com as gestões municipais e coordenações proporcionou que 15 municípios tenham as as Leis Municipais de Educação do Campo e estejam debatendo um orçamento específico. Aliado a isso, as professoras e professores compreendendo melhor a metodologia e desenvolvendo o projeto.

A participação nos espaços de proposição e incidência de políticas para a educação do campo possibilitou suporte e aprendizado na capacitação da equipe. As mudanças ocorridas foram significativas. Desde a auto-organização, das famílias nas escolas, melhoria da qualidade da alimentação escolar, abolição de refrigerantes e diminuição do consumo de alimentos industrializados, hortas construídas nas escolas e sendo multiplicadas em outras escolas e comunidades, formação continuada de coordenadores/as, educadores e educadoras, capacitação de representantes da sociedade civil para atuar nos Conselhos Municipais (CME e CAE), elaboração e implementação de instrumento de avaliação contextualizada, realização de devoluções do CAT nas comunidades, etc. Ações efetivas que provocaram mudanças que desconstroem culturas de retrocesso e de

desinformação, bem como contribuem para o desenvolvimento local autônomo e sustentável.

Mas o principal impacto que o Programa deixou para as comunidades dos municípios é o aprendizado de que somente através da mobilização e organização social será possível lutar conservar direitos conquistados, adquirir outros e conseguir melhorar a qualidade de vida nas comunidades. É este o caminho para um sertão mais justo.

Enfim, as ações desenvolvidas pelo Programa de Educação do MOC contribuem para construção de um mundo melhor, mais humano, solidário e sustentável.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

**QUADRO DE ATIVIDADES E DE PESSOAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES DE
PECONTE EM 2016**

Atividades realizadas	Qtda. de eventos	Caracterização do Público	Quantidade de pessoas por evento (média)	Qtda total
Encontro com Coordenadores/as da Educação do Campo	04	Coordenadoras/es Pedagógicos	65	65
Seminários com Gestores sobre Articulação de Políticas e Currículo Contextualizado	03	Secretários/as de Educação, Diretores/as de e Coordenadores/as	45	60
Seminários com Representantes da sociedade civil sobre Educação do Campo	03	Representantes da sociedade civil	30	60
Oficinas de Sensibilização do Baú	05	Professores do Campo	30	150
Oficinas municipais com professores/as sobre Arte Educação e Esporte Cooperativo no Semiárido	08	Professores Escolas do Campo	30	240
Oficinas sobre Educação Contextualizada – Cisternas nas Escolas	09	Professores e comunidade escolar	30	360
Oficinas de Construções de Fichas Pedagógicas (Planejamento Educação Campo)	32	Professores e Coordenadores Representantes sociedade civil	35	1120
Oficinas de Educação não sexista e não discriminatória	04	Professores e Diretores/as de Escolas	30	120
Intercâmbio com Professores para Aprofundamento da metodologia de Educação contextualizada	06	Professores e Diretores de Escolas	35	210
Dias de Estudos e Oficina sobre alimentação saudável	05	Professores e rep. Sociedade civil	25	125
Oficinas com merendeiras – Cisternas nas Escolas	03	Merendeiras	30	90
Oficina para Construções de hortas escolares comunitárias como instrumento pedagógico	03	Crianças, adolescentes, professores e famílias	30	90
Intercâmbio com crianças e adolescentes para avaliação das múltiplas atividades e troca de saberes	01	Crianças e Adolescentes	120	120
Oficinas Lúdicas com crianças e Adolescentes para produção de materiais	04	Crianças e Adolescentes	40	160
Oficinas com crianças para coleta de dados – instrumentos de aprendizagens	05	Crianças e adolescentes	18	90
Encontros de Devoluções dos Conhecimentos produzidos à família e comunidade	117	Famílias e representantes sociedade civil	100	1.965
Crianças no CAT/Baú de Leitura (indiretamente)	896	Crianças	20	17.920
TOTAL GERAL DO PÚBLICO ENVOLVIDO				23.348

PROGRAMA DE ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ÁGUA- PAPAA

1. INTRODUÇÃO

Neste ano de 2016 celebramos nossa caminhada nessa nova estrutura de Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA. Este programa tem como objetivo central: *Famílias, comunidades da área de atuação do MOC, fortalecem a soberania, segurança alimentar nutricional e diversificam sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência.* Nosso plano de ação estratégico está estruturado em dois eixos. De um lado o Eixo **Água Para Produção** e **ATER e Agroecológica**, que tem como objetivo específico: Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido. E um segundo eixo denominado **Água Para Consumo Familiar e Escolar**, tem como objetivo estratégico Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo do Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Foi um ano especial, em que trilhamos nossas ações para contribuição do fortalecimento da cidadania, através da participação social nos diversos espaços de construção de políticas e programas que promovem a melhoria de vida das pessoas mais necessitadas, a partir de linhas estratégicas, com vista na promoção de uma assessoria técnica e extensão rural com base nos princípios da agroecologia e da convivência com semiárido, com a inclusão e participação de mulheres e jovens protagonizadores/as, do estoque de água para produção de alimentos, consumo familiar e educar, sementes crioulas. Ao longo do ano as ações do programa foram protagonizadas pelos agricultores e agricultoras, pelos parceiros locais, por jovens na luta, resistência e resiliência em prol de uma agricultura familiar fortalecida e de base agroecológica.

O material aqui apresentado relatório são dados e informações sistematizadas, com intenção de coletivizar nossos avanços, desafios e resultados alcançados. Nele trazemos uma síntese das ações realizadas nos territórios de atuação do Programa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 - Descrição estratégica de nossas ações

Para o alcance dos objetivos acima citados o programa buscou o desenvolvimento das ações nos dois eixos estratégicos:

2.1.1 Água familiar e Água de educar

O ano de 2016, para o eixo que trata do acesso a água para o consumo familiar e de Educar, foi marcado por período de muitas lutas e ocupações de espaços de construção, proposição e efetivação do acesso aos direitos. Estivemos nos conselhos, fóruns e Redes enfatizando ações que fortalecem a convivência com o Semiárido. Além desses espaços, intensificamos as buscas por parcerias que apoiassem a implementação de tecnologias de estoque de água para consumo humano e educar. Neste contexto marcado pela luta, ocupação e resistência,

destacamos a importância de atuação em rede, pois foi através de um movimento coletivo que conseguimos a ampliação e implementação de tecnologias de estoque de água da chuva como conseguimos pautar o governo do estado quanto a agilidade nos contratos pactuados. O MOC atuou de forma incisiva, num conjunto de organizações sociais do semiárido baiano tanto para a liberação de recursos de contratos pendentes quanto a busca de novas parcerias com poder público para contribuir no acesso a água para as famílias e escolas. Foram esses movimentos de ousadia, luta e resistência que permitiram ao programa desenvolver diversas ações para estocagem de água.

No que se refere o armazenamento de água para o consumo humano, totalizamos **1.854 famílias cadastradas**, com suas tecnologias implementadas este ano, totalizando atendimento aproximadamente 9.270 pessoas nos territórios do Portal Sertão, nos municípios de Feira de Santana, Tanquinho, Anguera e Água Fria e no território Semiárido Nordeste 2, no município de Nova Soure. No que se refere a água para educar, implementamos 44 cisterna nas escolas ofertando água de qualidade para 880 crianças e adolescentes nas escolas do campo, nos municípios de Itiúba e Ichu, Território do sisal e no município de Riachão do Jacuípe, Território da Bacia do Jacuípe.

Diversas ações foram realizadas para alcance dos resultados previstos, totalizamos o atendimento no ano de 2016 a 1854 famílias e 44 escolas do campo; utilizando 33 formações em Convivência com o Semiárido e Gerenciamento da água para consumo humano- GRH e ainda a formação de 10 novos profissionais na técnica de construção de cisternas de placa para escolas rurais. Desenvolvemos as ações previstas, priorizando a participação dos sujeitos, envolvendo nessa ação as comissões municipais e organizações sociais parceiras nos municípios. Efetivamente, para alcance e atendimento às famílias é estabelecida uma parceria importantíssima com organizações da sociedade civil de cada município, sensibilizadas para realizarem controle social das políticas públicas, através da formação das comissões municipais de Recursos Hídricos, instância onde se dialoga sobre comunidades, famílias e escolas que estão em situação de vulnerabilidade para acessar a água.

Findado o caminho no ano de 2016, vislumbramos para 2017 ano de ocupação de espaços e essencialmente de luta pela continuidade da garantia dos direitos. O programa caminha com a finalização de contratos fruto de parcerias realizadas em 2014 que assegura o acesso a água para consumo familiar. Mas, se coloca vigilante quanto a buscar oportunidades novas que colaborem com a convivência com o Semiárido.

2.1.2. Água Para Produção, ATER e Agroecológica

Nos últimos anos avançamos no campo da ATER pública e de qualidade, mas ainda há muito a fazer, principalmente no que se refere a continuidade dos serviços e a unificação de uma metodologia baseada nos princípios agroecológicos.

O ano 2016 foi marcado por mudanças significativas nesse campo. No Estado da Bahia muitas mudanças têm acontecido recentemente. Um fator de relevância foi a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário-EBDA e a criação da Superintendência de Assistência Técnica Extensão Rural (Bahiaater), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Esta superintendência é responsável

pela promoção, gestão e execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural, e a articulação de políticas públicas para agricultura familiar.

Foi em 2016 que o PAPAA retoma o serviço de ATER, junto as famílias rurais, através do edital lançado pela Bahiaater, onde o MOC, concorreu e venceu 03(três) lotes para desenvolver ATER publica em três territórios de abrangências, Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. Neste ultimo território a execução aconteceu em parceria com a COOPESER, totalizando os serviços para 1440 famílias diretamente e 720 famílias pela parceria, totalizando atendimento a 2160 famílias.

Outro fator de grande relevância ocorrido neste ano foi com a mudança do Governo Federal. As linhas de orientação do novo Governo culminaram, na extinção Ministério do Desenvolvimento Agrário, gerando uma grande dificuldade na oferta desse serviço. Os cortes de recursos e de direitos na área de ATER nos deixou com pouca perspectiva de investimentos direcionados para a agricultura familiar, por conta dessa conjuntura da ATER os processos de desenvolvimento e transformação das famílias e suas Unidade Produtiva Familiar-UPF, ficam ameaçados.

Neste contexto, vivemos um grande desafio no sentido da busca pela ampliação das diversas políticas publicas voltadas para agricultura familiar, já que houve uma defasagem muito grande em editais que possibilitassem a ampliação e oferta dos serviços. Mesmo com essa quadro diminuído o programa realizou 1440 visitas técnicas as famílias, 1440 diagnostico inicial das unidades produtivas familiar, 249 capacitações com diversas temáticas voltada para agroecologia e convivência com semiárido, com participação de 1686 famílias. Tínhamos a previsão de construção, no ano, de 450 tecnologias de água para produção de alimentos e, no entanto só conseguimos captar recursos para implementação de 83 tecnologias mediante suplementação de aditivo de um projeto de 2015, constatando que em 2016 não executamos nenhum projeto novo neste campo.

O grande destaque em 2016, foi efetivação e implementação de casas de sementes crioulas, possibilitando uma melhor qualidade e desenvolvimento comunitário de comunidades assessoradas pela instituição. Foi possível avançar bem neste sentido, mediante a construção e entrega de 36 casas de sementes crioulas em 36 comunidades de 12 municípios da nossa área de atuação. Estas ações foram frutos do Projeto Sementes do Semiárido em parceria com ASA, financiado pelo MDS/BNDES, o que possibilitou além de espaços físicos para o armazenamento do patrimônio genético das famílias com a infraestrutura básica para guardar de forma devida as sementes, afloração de práticas de mutirões e da reanimação das famílias para adoção de hábitos menos individualistas. Isso além das famílias receberem orientação para gerirem seus processos com o mínimo de interferência externa e de certa forma mais democrática e participativa.

Numa conjuntura desfavorável no que tange a editais e financiamento governamental, a consolidação e apoio de parcerias como Actionaid, TDH e KNH, nos proporcionou condições de resistir e executar diversas atividades que contribuem para uma maior resiliência das famílias e firmarmos novos caminhos para alcance das estratégias previstas.

Para além desta assessoria técnica sistemática às famílias e comunidades, com vista na promoção do acesso as políticas públicas e na estruturação de suas unidades produtivas familiares, através da troca de conhecimento entre todos os sujeitos envolvidos nas ações, da estocagem de alimentos, sementes e água

consumo humano, produção e educar em quantidade e com qualidade suficiente para a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional dentro de uma perspectiva agroecológica e de convivência com Semiárido. O programa continuou a manter como estratégia que os sujeitos de direito possam ocupar espaços de incidência política, na busca pela participação, construção e fiscalização das políticas promotora do desenvolvimento sustentável rural e da garantia dos seus direitos.

Estivemos junto a outras entidades nas várias articulações que o MOC participa, principalmente na Articulação do Semiárido Brasileiro e Fórum Baiano da Agricultura Familiar, buscando intervir na construção de políticas e programas relacionados aos nossos objetivos, mas infelizmente sem o devido sucesso imediato, na esperança que em 2017 o quadro se reverta e que possamos desenvolver ações de forma qualificada que venha a culminar numa melhoria na vida das pessoas.

Ressalta-se também que a participação da equipe em espaços que visam provocar os entes governamentais para a efetivação e promoção de políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar foi fundamental. . Neste sentido participamos efetivamente no ano de 2016, e em anos anteriores, do Fórum da Agricultura Familiar da Bahia, da Rede de Entidades da Sociedade Civil Prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste – Rede-ATER- NE, da Articulação Baiana de Agroecologia – AABA, do Comitê Permanente de Políticas para a Juventude Rural do Condráf-MDA, dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (municipal), de Colegiados de Desenvolvimento Territoriais – Codeter, nos territórios da Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal e da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. Compreendemos essa participação como elemento fundamental para pautar as instancias governamentais, e junto com outro parceiros cobrar a efetivação das leis e das políticas publicas , que garantem o acesso e promoção efetiva de tecnologias de captação de água para produção de alimentos, consumo humano, educar, de Ater, no campo da conservação a biodiversidade, especificamente das sementes crioulas, da promoção da agroecologia, dentre outras políticas e programas de inclusão voltado para agricultura familiar.

2. AÇÕES DESENVOLVIDAS

As ações e atividades desenvolvidas em 2016 se basearam nas linhas estratégicas do programa ,tais ações se orientaram nos indicadores estratégicos e todos os projetos desenvolvidos vão na direção para alcance destas linhas.

Olhando as estratégias desenhadas para o programa entre os anos de 2015 -2018 são as seguintes:

- Aumento de 10.000 famílias com acesso a cisternas de placa para o consumo humano;
- Aumento de 280 escolas do campo com acesso à tecnologia de armazenamento de água da chuva;
- 4.000 famílias assessoradas sistematicamente por meio da ATER, desenvolvendo em suas UPFs e comunidades, processos e práticas agroecológicas e de convivência com semiárido;

- 20 comunidades com seus processos coletivos organizados e auto gerenciados (banco de sementes, fundo rotativo, associativismos, cultura do estoque), servindo de base para troca de conhecimento para outras comunidades/pessoas;
- 10 Feiras Agroecológicas consolidadas e fortalecendo a Agricultura Familiar.

Todas as ações executadas geraram em 2016 os seguintes resultados:

- a) 1854 famílias com acesso à água de consumo humano;
- b) 44 escolas com sistemas de água implementados;
- c) 93 famílias com tecnologias processos de segunda água implementados.
- d) 1440 famílias acompanhadas no processo de assistência técnica agroecológica, com diagnóstico, planejamentos da propriedade e outras ações e destas alguma priorizadas.
- e) Implementação de 36 casas de sementes, com suas atividades metodológicas adequadas, como mapeamento de sementes, trato das sementes, implementação de critérios para funcionamento do banco e outras questões.

Para se atingir basicamente estes resultados realizamos com as comunidades uma multiplicidade de atividades que estão mapeados, no quadro estatístico que vai anexo a este relatório, integrando-o.

Estas ações e atividades incluem visitas às propriedades e famílias, mapeamento do processo produtivo da família, planejamento da propriedade, visitas técnicas, construção dos equipamentos e outras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face às considerações apresentadas neste relatório, conclui-se que o ano de 2016 foi marcado por um retrocesso/ameaças nos processos e conquistas dos direitos sociais, por conta da consolidação de golpe instalado no país e com a consequência na diminuição dos editais público, já que o país passa por um momento delicado de uma crise política e econômica, refletindo significativamente nas nossas ações com cortes de recursos em setores do governo que visam financiar projetos e a implementação de políticas para agricultura familiar e a convivência com o Semiárido. O programa intensificou e direcionou-se no movimento de resistência, lutas e ocupações de espaços estratégicos, buscando intervir na continuidade dos serviços que promovem acesso aos direitos para os menos assistidos. Consideramos o ano de 2016, um dos mais difíceis atravessados pela entidade nos últimos anos, com um déficit muito grande em número de projetos executados e diminuição de famílias beneficiadas com as ações garantidoras de direitos. Por outro lado esta situação que estamos atravessado de certa forma está servindo para que entidades de vários setores e principalmente representativas das ações do campo se articulem no sentido da análise conjuntural da situação e busquem unidade para que se fortaleçam e lutem pela causa da educação do campo contextualizada, da agricultura familiar, da convivência com o Semiárido, da

agroecologia, dentre outras temáticas. Nesta perspectiva o programa se articulou junto com várias entidades dos Territórios para a realização de Seminários municipais intitulados “O Campo com Gente e com Direitos” com o objetivo de debater com as pessoas, em cerca de 10 municípios da região, sobre a atual conjuntura e o que o desmonte do governo pode impactar na vida das pessoas e demonstrando quais direitos já foram violados e como cada um e cada uma pode se articular e realizar frentes de luta para manutenção e ampliação dos direitos adquiridos.

Diante disso, não medimos esforços para cumprimentos de todos os objetivos que nos tínhamos proposto, porém na caminhada tivemos desaceleração, especificamente no campo da consolidação dos processos coletivos e da comercialização, através das feiras agroecológica, o que nos faz repensar e redirecionar novas estratégias para 2017. Temos a convicção que a caminhada em prol de um sertão mais justo, solidário e com gente realizada pelo MOC e pelo PAPAA, junto com os parceiros nas diversas esferas da sociedade e com os sujeitos de direito dessa ação, precisa ser fortalecida numa perspectiva construção e consolidação de processos de assessoria técnico para a desenvolvimento sustentável rural, que se baseiam nos princípios da agroecologia e da convivência com semiárido, na perspectiva de uma melhor qualidade de vida das famílias e comunidades.

Destarte, o ano 2017 exigirá que continuemos em marcha na luta, ocupação, mobilização e articulação para assegurar direitos que visam a promoção social, ambiental e econômico dos sujeitos menos assistidos, buscando uma perspectiva melhor de vida no campo.

DADOS ESTATÍSTICOS DE EVENTOS E PARTICIPANTES

Eixo 01- ÁGUA PARA EDUCAR E ÁGUA FAMILIAR

Número de atividades	Atividade realizada	Caracterização dos participantes	Quantidade de participantes
6	Reuniões de Articulação com Parceiros municipais.	Gestores públicos	45
20	Reuniões para identificação das comunidades	Agricultores, agricultoras e lideranças rurais	100
32	Reuniões de cadastramento e seleção de famílias.	Agricultores, agricultoras e lideranças rurais	1854
33	Capacitações em Convivência semiárido e Gerenciamento da Água	Homens e mulheres/famílias	1854
1.854	Tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo familiar implementada.	Homens e mulheres/famílias	5.562
44	Tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo escolar implementada.	Crianças, professores, merendeiras	880
1	Capacitação de profissionais na técnica de construção de cisterna de placas.	Homens	10

Eixo 2 – ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, ATER E AGROECOLOGIA

Número de atividades	Atividade realizada	Caracterização	Quantidade de participantes
09	Reuniões de Articulação com Parceiros	Lideranças	150
48	Oficinas do Diagnóstico Comunitário	Agricultores e agricultoras	720
48	Oficinas de Planejamento Comunitário	Agricultores e agricultoras	816
1440	Visitas para realização dos Diagnósticos das UPF's (Unidade de Produção Familiar)	Agricultores e agricultoras	1440
48	Oficinas de Diagnóstico Comunitário	Agricultores e agricultoras	816

48	Oficinas de Planejamento Comunitário	Agricultores e agricultoras	816
1440	Visitas para Elaboração do Plano Produtivo Sustentável da UPF	Agricultores e agricultoras	1440
1440	Visitas para orientação técnica as UPF's	Agricultores e agricultoras	1440
48	Cursos para adoção de práticas para a convivência com o Semiárido e Agroecologia.	Agricultores e agricultoras	1056
36	Casas de sementes comunitárias implantadas e/ou reformadas	Agricultores e agricultoras	720 famílias beneficiarias
14	Barreiros de trincheiras construídos	Agricultores e agricultoras	56 pessoas beneficiadas em média
69	Tecnologias de captação de água para produção de alimentos construídas	Agricultores e agricultoras	276 pessoas beneficiadas em média.
03	Capacitação para manejo de sistema simplificado de água para produção	Agricultores e agricultoras	69 pessoas participando
03	Capacitação de famílias em gestão da água para produção de alimentos	Agricultores e agricultoras	69 pessoas participando
03	Intercâmbio entre agricultores familiares para multiplicação de experiências	Agricultores e agricultoras	70 pessoas participando
01	Capacitação em caracterização gestão comunitária da diversidade.	Agricultores e agricultoras	20 pessoas participando
10	Capacitação em gestão de estoque nos bancos comunitários de sementes	Agricultores e agricultoras	200 pessoas participando
01	Encontro estadual	Agricultores, agricultoras e técnicos	69 pessoas participando
01	Intercambio entre agricultores para multiplicação de experiência interestaduais	Agricultores e agricultoras	17 pessoas participando
01	Intercambio entre agricultores para multiplicação de experiência intermunicipal	Agricultores e agricultoras	17 pessoas participando

RESPONSABILIDADE DE COMUNICAÇÃO IDENTIFICAR LOCALIZAÇÃO OU CANCELAMENTO

Anexo: BOX

Público assessorado pelo programa diretamente	Público assessorado pelo programa indiretamente
3.571 FAMILIAS ATENDIDAS DIRETAMENTE PELAS AÇÕES DO PROGRAMA AO LONGO DE 2016	14.999 PESSOAS ATENDIDAS INDIRETAMENTE PELAS AÇÕES DO PROGRAMA AO LONGO DE 2016

No Campo da Estocagem de água	
ESTOCAGEM DE ÁGUA NOS TERRITÓRIOS DE ABRANGECIA, ATRÁVES DAS TECNOLOGIAS SOCIAS DE CAPATAÇÃO DE ÁGUA DAS CHUVAS PARA CONSUMO, EDUCAR E PRODUZIR	35.540,000 LITROS DE ÁGUA ESTOCADOS.

No Campo da Estocagem de Sementes Crioulas	
ESTOCAGEM DE SEMENTES, NA PERSPECTIVA DA PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO, ARAMAZENAMENTO, PRODUÇÃO E MULTIPLICAÇÃO	36 BANCOS DE SEMENTES CRIOULAS IMPLEMENTADOS E/OU REFORMADOS, FORTALECENDO PROCESSOS COLETIVOS NAS COMUNIDADES. ENVOLVENDO 720 FAMILIAS DIRETAMENTE E 3.024 PESSOAS INDIRETAMENTE

CONCLUSÃO

CONCLUSAO

Concluimos aqui mais um relatório anual do MOC. Síntese de nosso esforço plural, organizado e sincero de contribuir para um sertão mais justo, nosso sonho, utopia e razão de ser.

Olhando o caminho percorrido, com certeza nos assalta que o construído é muito pouco em meio à avalanche de destruição de direitos e do enraizamento da morte e da injustiça que presenciamos em nosso semiárido e nosso sertão.

Mas, ao mesmo tempo, nos alegramos de ter sido possível, por nossa teimosia e coragem, permanecer na resistência e não deixar que os sinais de justiça desapareçam.

Vamos, nesta conclusão, lembrar alguns:

1. Espalhamos a justiça quando, no nosso processo de comunicação, projetamos a imagem não da mulher objeto e sim daquela que protagonista de seu caminho e história; quando publicitamos a beleza do sertão, quando mostramos ao público a força do semiárido, quando ao invés do crime, mostramos a solidariedade, a fraternidade, a ajuda mutua. São sinais de um novo mundo.
2. Espalhamos a justiça quando ajudamos as mulheres a se organizar, ocupar espaços na construção das políticas específicas e gerais, estabelecer relações comerciais, na perspectiva de comércio justo, inclusive com o Estado, lutar contra a violência. São sinais inegáveis da construção de um mundo mais justo.
3. Espalhamos a justiça quando com nossa assessoria os municípios constroem leis específicas que contempla a educação do campo contextualizada, iniciam processos de fazer dotações orçamentarias específicas para a educação do campo que assim assume a dimensão de política municipal; quando as crianças de vários municípios frequentam escolas que pesquisa, debate e constrói conhecimento, pelas próprias crianças, em relação à vida e realidade delas e de suas famílias; quando a escola constrói com as crianças uma relação não de desprezo mas sim de afeto e comprometimento com o semiárido.
4. Espalhamos a justiça quando muitas famílias, no semiárido, conseguem se inserir nos processos de ter acesso às cisternas e à água para beber, cozinhar e produzir, e mudam assim o patamar de sua realidade de não ter acesso à água; quando dezenas de escolas que deixavam de funcionar porque não dispunham de água para as crianças, recebem cisternas e elementos básicos de distribuição da água e se constroem acordos com as Prefeituras para que esta se responsabilize pela garantia de fornecimento de água de qualidade às escolas Quando centenas de famílias de agricultores são orientadas em processos e dinâmicas agroecológicas, produzindo e consumindo comida saudável e de verdade..
5. Espalhamos a justiça quando centenas de agricultore4s/as, na sua maioria mulheres se organizam em pequenas cooperativas e associações para processar e comercializar seus produtos, aumentando sua renda ao agregar valor à sua produção, mas também ofertando para as escolas e várias pessoas e espaços do Estado, alimentos saudáveis e de qualidade. Nossa

presença foi marcante na construção de políticas neste campo e também forte no acompanhamento das políticas de economia solidaria no Estado. O que acima refletimos e está exarado neste relatório, são sinais de que um mundo e de justiça, de relações solidárias é possível e está a caminho.

Os desafios para continuar no caminho são enormes e fortes. Desde aqueles de financiamento para nossas atividades e ações, até aqueles outros de se ter no Estado e no País, leis que ofereçam suporte a estas iniciativas. Dinâmica muito difícil num país em que, notadamente, as leis são construídas a favor dos poderosos.

Contudo, apesar da muralha forte e grande com que nos deparamos, vamos insistindo, teimando, incomodando, desempenhando o papel de pedra no sapato. E por isso dando passos no caminho do sertão justo.

É nosso compromisso, missão e desejo o continuar o caminho.

Agradecemos mais uma vez aos que, caminham conosco. Cooperação Internacional, Apoios os mais variados, Instancias Governamentais que abriram editais na linha de nossas ações e que nos garantem poder continuar na mesma, inúmeras cooperativas, associações e sindicatos que palmilham esta estrada conosco, no seu dia a dia.

Vamos juntos. O caminho é longo. As ameaças fortes. Mas a coragem e a determinação que nos congrega, maior ainda.

